

RESENHA

ROMANI, Carlo. **Aqui começa o Brasil! Histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque.** Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013, 215 p.

Aqui começa o Brasil! Geo-história de uma fronteira complicada

Federico Ferretti ¹

“A história sobre um lugar nunca é somente uma única história; ela apresenta-se na forma de um feixe de múltiplas histórias” (p. 15). Com essas palavras Carlo Romani, historiador da UNIRIO, começa a sua obra sobre as histórias da fronteira do Oiapoque entre o Brasil e a Guiana Francesa: a ideia da multiplicidade da história de um lugar assume a natureza multidimensional dela, incluindo aí sua geograficidade. O autor toma em conta no mesmo tempo a história ambiental e a história humana de uma região onde as fronteiras continuam a parecer-lhe uma criação artificial, cuja função foi a de atropilhar a circulação humana tradicional.

Como escreve o geógrafo francês Stéphane Granger no prefácio, poucas pessoas conhecem essa região, e ainda menos sabem que, durante a escrita do livro, existe “uma ponte ligando o Amapá à Guiana Francesa por cima das águas do rio Oiapoque que está esperando por sua inauguração, prevista para 2014” (p. 7).

A história contada por Romani começa no conflito entre duas lógicas culturais, que são igualmente lógicas territoriais, engendrado pelo encontro entre os povos autóctones e os conquistadores europeus do século XVI. Utilizando as ferramentas conceituais de Deleuze e Guattari, o autor

¹ Doutor em Geografia. Membro da UMR-Géographie-cités, equipe EHGO Epistémologie et Histoire de la Géographie. Pesquisador do Departamento de Geografia e Meio-Ambiente da Universidade de Genebra. Contato: federico.ferretti@unige.ch.

acredita que “os povos de língua tupi poderiam ser definidos, em termos ocidentais, como característicos de uma espécie de “nomadismo cultural” (p. 19), enquanto os navegadores portugueses e espanhóis (e depois ingleses, holandeses e franceses) estavam acostumados a delimitar e nomear os territórios com o fim de dominá-los. Está aqui a origem do problema de compreender, nos séculos seguintes, qual era o rio no qual desembarcou, em 1513, a frota de Vicente Yañez Pinzon (ou Pinçon), batizado El Rio de Vicente Pinzon, enquanto a etimologia das definições de origem indígena, como Japoc, Yapoc, Wayapoc, Oiapoque, etc., nunca foi acertada definitivamente, ao preço das complicações diplomáticas que vamos tratar.

Segundo Romani, “a diferença entre os dois chamamentos ressalta de antemão uma diferença de mentalidade e perspectiva existente entre as duas civilizações que ali se defrontaram. Para uma delas, a dos antigos habitantes, nomear denotaria somente significar algum lugar como referência a uma imagem, fato ou ação já conhecida e existente na natureza. Para a segunda, a dos conquistadores que chegaram e buscaram dominar e submeter o gentio, nomear significava querer immortalizar alguém em algum lugar (...) batizar lugares, renomear antigas denominações sempre foi uma forma de conquistar e ocupar territórios” (p. 26).

Esse encontro trágico teve consequências duráveis na geografia da região: entre as fontes utilizadas por Romani encontramos vários geógrafos, o primeiro dos quais é Elisée Reclus. Na Nova Geografia Universal, o geógrafo anarquista explica as diferentes estratégias territoriais dos portugueses, que efetuaram transferências de população, e dos franceses, observando que a futura Caiena “seguia somente como um pouso para bucaneiros, aventureiros solitários ou a serviço da realeza” (p. 31). Do lado lusitano, uma colonização principalmente masculina favoreceu a criação de uma população mestiça, que manteve elementos das culturas e dos gêneros de vida indígenas, inclusive uma relação com o território que não se preocupava necessariamente das fronteiras estabelecidas na Europa.

Um ponto central do discurso de Romani é que durante todo o período das controvérsias fronteiriças entre França e Portugal (e depois Brasil), entre fins do século XVII e começo do século XX, “para a população habitante do lugar, esta disputa lhe era um tanto quanto indiferente. Portugueses, franceses, brasileiros, não eram nacionalidades compartilhadas ou adquiridas pelos negros, créoles, caboclos e índios

habitantes do território (...) o que estava em jogo era apenas o lugar onde se pudesse viver e sobreviver” (p. 35).

Portanto, o livro de Romani analisa, através de um meticuloso trabalho de arquivo sobre fontes brasileiras e francesas (só os arquivos diplomáticos de Nantes faltam à rica lista), a história da controvérsia territorial, que revela as diferentes abordagens territoriais dos regimes políticos sucessivos. Se nos séculos XVII e XVIII vários tratados - particularmente o de Utrecht, de 1713 - fizeram decisões mais ou menos vagas entre as ambições portuguesas e francesas sem uma efetiva ocupação do território organizada pelos Estados respectivos, é a partir das guerras napoleônicas que a Guiana torna-se um problema sensível, quando ela é ocupada pelos portugueses. Durante a restauração esse território foi restituído aos franceses, sem ainda solucionar o problema da região entre o atual Oiapoque e o Araguari, suspenso temporariamente pela neutralização da região em 1841, obtida com a mediação da Inglaterra - que solicitou essa solução “no mesmo período em que se tratava de neutralizar o litígio anglo-brasileiro² na região de Pirara, antiga Guiana Inglesa” (p. 43).

Ainda não se pensa em um povoamento de europeus, que se acredita, não podiam viver no clima desse território: do lado francês decide-se então estabelecer a colônia penal da Caiena.

Só na última década do século a controvérsia se agudiza: isso, segundo Romani, pelo novo interesse do Brasil, cujos capitais, com o fim do Império e o advento da República em 1889, engendram “um verdadeiro imperialismo brasileiro” (p. 73). Do lado da França é no âmbito do mesmo ativismo do mundo financeiro e comercial que o autor enquadra as explorações desse período, cujos representantes principais foram Jules Creveux e Henri Coudreau.

Romani destaca o papel da geografia nessas empreitadas que sempre equilibram ciência, política e exploração comercial, segundo um novo modelo cujo inventor teria sido Coudreau. Em 1883, “o jovem geógrafo encontrou respaldo para uma missão de exploração das riquezas territoriais que se tornou, ao mesmo tempo, uma missão política no sentido do interesse nacional da razão do Estado, e uma empreitada comercial, pois

² BURNETT G. *Masters of all they surveyed: exploration, geography, and a British El Dorado*, London, The University of Chicago Press, 2000.

inauguradora de uma nova era de exploração econômica no Contestado” (p. 56).

Para Romani é a intervenção de capitais internacionais que explica experiências efêmeras como a República de Counani (1887-1889), que sempre estimularam o sarcasmo dos geógrafos franceses desde Elisée Reclus até Jean-Yves Puyo, pois (o segundo citando o primeiro) na época “Paris divertiu-se escutando a história de um honorável geógrafo de Vanves³ de repente transformado em chefe de um Estado cujo nome era desconhecido, que se circundou de uma corte, constituiu o seu ministério e fundou uma ordem nacional, a Estela do Counani, com mais oficiais, cavalheiros e títulos honoríficos que habitantes da capital. Mas esse governo durou pouco: menos de um ano depois, o ministro destituiu o presidente da nova comunidade política; o Estado independente do Counani tinha desaparecido.”⁴ Segundo Romani, é sobretudo pela presença de capitais ingleses interessados nas possíveis descobertas minerais do Contestado que a França decidiu desautorizar oficialmente “qualquer tentativa de estabelecimento de um governo livre na região e não reconhecendo o direito de nenhum intermediário sobre aquela área” (p. 67).

Romani se interessa particularmente por todos os aspectos “irregulares” de uma população cosmopolita e migrante, analisando, por exemplo, a figura de Trajano, antigo escravo fugitivo, colaborador de Gros e amigo de Coudreau, que uma vez prisioneiro dos brasileiros foi considerado um traidor da “pátria”, enquanto o autor o considera como um exemplo da humanidade apátrida que povoava o Contestado. “Trajano não era brasileiro, não era estrangeiro, não era de lugar nenhum: nenhuma pátria o pariu. Esse é um despropósito assumido como verdade para se instituir uma história oficial: cobrar a fidelidade pátria de alguém cuja pátria nunca o quis livre” (p. 88). No meio dessa sociedade, escolhe viver uma personagem ainda controversa e pouco conhecida, como Coudreau, de

³ Jules Gros, membro da Sociedade de Geografia de Paris e presidente autoproclamado da República do Counani.

⁴ RECLUS E. *Nouvelle Géographie Universelle*, vol. 19, Paris, Hachette, 1894, p. 86, citado por PUYO J.-Y. Du contesté franco-brésilien à la République de Counani: histoire édifiante et curieuse d’une cryptarchie éphémère, in L. Dornel, M. Guicharnaud-Tollis, M. Parsons, J.-Y. Puyo, *Ils ont fait les Amériques*, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, 2012, p. 287.

quem se sabe que não era bem aceito pela burguesia creole da Guiana Francesa; sua passagem no serviço do governo brasileiro, em 1894, foi considerada uma traição, como confirma o seu biógrafo, Sébastien Benoit, que o define como um sujeito “um pouco anarquista”⁵ que sonhava com uma Amazônia independente (p. 61) e que se encontrava em conflito constante com as autoridades.

Ironicamente, os novos documentos que estão fornecendo informações sobre o lado heterodoxo de Coudreau são as correspondências dele com um “verdadeiro” anarquista, Reclus, nas quais o explorador se queixa de sua marginalização e se compara a um “irregular”. “Parece que toda a imprensa oportunista me acusa dos piores defeitos: falta de patriotismo, indisponibilidade para entregar propinas (...) estou agora no estado de espírito no qual estava você em 1871 no campo de prisioneiros de Versailles, onde as belas senhoritas empurravam com a ponta do guarda-chuva os que pareciam mortos, gozavam talvez do sono eterno, para ver como podia ser o olhar de um irregular abatido.”⁶

Outros documentos, sobre os quais uma pesquisa está em curso, demonstram que a colaboração entre Coudreau e Reclus teve, mesmo indiretamente, um papel diplomático maior porque os mapas e os documentos conservados no fundo cartográfico de Reclus, em Genebra, foram decisivos para orientar a arbitragem de 1900 da Confederação helvética que decidiu o contestado franco-brasileiro.⁷

Conforme Romani, foi após a descoberta do ouro no interior e os incidentes como o episódio de 1895, quando uma expedição militar francesa invadiu a cidade de Amapá deixando vários mortos (p. 99), que França e Brasil decidiram buscar uma solução definitiva através da arbitragem suíça. Como o autor destaca, o papel da Geografia nesta controvérsia foi central: o livro de Coudreau *La France équinoxiale* foi o mais citado nas memórias dos dois pretendentes, o brasileiro, escrito pelo

⁵ BENOIT S. *Henri Coudreau (1858-1898)*. Paris: L’Harmattan, 2000, p. 123.

⁶ Bibliothèque Nationale de France, Département des Manuscrits Occidentaux, Nouvelles acquisitions Françaises, carta de H. Coudreau à E. Reclus, 18 Fevereiro 1896, f. 65.

⁷ FERRETTI F. Le fonds Reclus-Perron et le contesté franco-brésilien de 1900: une carte inédite qui a décidé des frontières du Brésil. *Terra Brasilis*, 2, 2013, <http://terrabrasilis.revues.org/766>

Barão de Rio Branco, e o francês, feito por ninguém menos que Vidal de la Blache.

A questão sobre quais árbitros teriam que decidir é considerada por Guy Mercier como um “absurdo geográfico”,⁸ porque se tratava de identificar o rio de Vicente Pinçon, reconhecido como limite legítimo pelo tratado de Utrecht, do qual os autores não tinham a mínima ideia da sua localização entre os numerosos rios de uma região cuja hidrografia sempre foi complicada e móvel. Se o Conselho Federal tinha um trabalho minucioso, confiando a William Rosier (geógrafo suíço amigo de Reclus e de Charles Perron) um poderoso estudo da cartografia histórica da região,⁹ é mais provável, segundo Romani, que considerações de geografia humana sobre o povoamento da região decidiram a arbitragem a favor do Brasil, já que Vidal de la Blache, cujos argumentos eram muito fortes do ponto de vista histórico-documental, paradoxalmente, “menosprezou a participação humana na questão geográfica” (p. 119). Isso se explica, segundo o historiador, pela sua falta de conhecimento direto da região, enquanto o ativismo diplomático do Barão de Rio Branco foi mais convincente, mesmo porque ele mostrou “um melhor relacionamento com o poder local” (p. 120).

Sobretudo Rosier acredita ser decisivo um mapa manuscrito feito por Coudreau para a Nova Geografia Universal de Reclus¹⁰, pois este último cita os trabalhos daqueles dois geógrafos, que destacavam o fraco povoamento francês no Contestado. Fazendo isso, o geógrafo suíço destaca habilmente a nacionalidade francesa dos dois autores, o que nos parece decisivo, porque demonstra que o poder estratégico da Geografia não atua sempre e somente como simples serviço da causa nacional e da empreitada colonial: um exemplo são esses dois geógrafos heterodoxos, um dos quais nitidamente oposto ao colonialismo francês,¹¹ que levam sua independência até escrever contra os interesses da nação deles,

⁸ MERCIER G. La géographie de Paul Vidal de la Blache face au litige Guyanais : la science à l'épreuve de la justice. *Annales de Géographie*, 667, 3, 2009, p. 294-317.

⁹ FERRETTI F. *Le fonds Reclus-Perron et le contesté franco-brésilien de 1900*, cit.

¹⁰ Ibid.

¹¹ FERRETTI F., PELLETIER Ph.. Sciences impériales et discours hétérodoxes : la géographie d'Élisée Reclus et le colonialisme français. *L'Espace Géographique*, 1 (2013), 1-14.

reconhecendo-se no mesmo universo humano apátrida descrito por Romani.

Isso não é casual por parte de Reclus: o geógrafo anarquista entra só indiretamente, através de seu arquivo e de suas obras, no Contestado franco-brasileiro; mas nós sabemos por outras fontes que ele foi consultado sistematicamente pela diplomacia brasileira sobre todas as controvérsias fronteiriças desse período. O Barão de Rio Branco fala diretamente com ele sobre as fronteiras brasileiras com Bolívia e Argentina,¹² e, em 1903, uma missão diplomática dirigida por Graça Aranha visita Reclus em Bruxelas para solicitar sua colaboração numa nova controvérsia com a Guiana Inglesa.¹³ Segundo a biografia de Graça, o geógrafo anarquista teria ficado contente em atrapalhar, assim, o imperialismo britânico. Na ausência de testemunhos do interessado sobre esse episódio, podemos supor que ele não era o maior entusiasta do imperialismo brasileiro; portanto, não podemos esquecer que nessa época a causa da libertação nacional é ainda considerada próxima da causa social, e que isso tudo entra no âmbito das relações complexas entre geografia, anti-colonialismo, nacionalismo e radicalismo político, sobre os quais vários debates estão em curso. Achamos que o exemplo do Contestado franco-brasileiro porta elementos originais para refletir sobre esses assuntos.

Os últimos capítulos do livro de Romani são dedicados aos problemas encontrados pelo Estado brasileiro, uma vez reconhecida sua soberania nominal sobre esse vasto território (aproximadamente 270.000 quilômetros quadrados), caracterizada por seu “poder de direito e impotência de fato” (p. 119). Após a solução diplomática do Contestado, “a vida seguia sua ordem natural numa região em que a ideia de Estado era apenas uma miragem ruim somente materializada na forma do posto de alfândega interrompendo o livre fluxo do comércio ribeirinho” (p. 135).

A chegada do poder político, segundo Romani, foi trágica sob muitos aspectos. Num primeiro momento, só se transferiram colonos agrícolas do

¹² VIANA FILHO, L. *A Vida do Barão de Rio Branco*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1988. Estas trocas são confirmadas por algumas correspondências entre Reclus e Rio Branco, encontradas recentemente no Brasil por David Ramirez Palacios, que agradeço por ter me permitido consultar estes materiais antes da publicação.

¹³ CASTRO AZEVEDO, M. H. *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

Ceará, o que devia “disciplinar” e “moralizar” uma população heterogênea de mestiços e migrantes, caracterizada por “uma profunda circulação cultural, que nos permite falar em uma conexão caraibo-amazônica” (p. 150).

Mas o pior foi, em 1925, a instituição de uma verdadeira “Caiena brasileira”, ou seja, o campo de concentração de Clevelândia, para onde em razão da posição ultraperiférica e dos acordos para extradição com a França, foram deportadas centenas de protagonistas da “Revolução Paulista” de 1924. Nos dois anos seguintes, ao menos a metade deles caiu vítima de epidemias, o que desequilibrou profundamente a sociedade local, até que ninguém pôde mais erigir Clevelândia, daí “a fama de Inferno Verde; matadouro humano” (p. 195). Depois, essa área ficou sob administração militar durante a ditadura de Getúlio Vargas e igualmente durante a ditadura militar, depois de 1964.

Carlo Romani nos entrega as histórias de um território e do seu povo, além das histórias diplomáticas e oficiais, sem abrir mão de as dominar e utilizar; destacando a importância da Geografia como ciência estratégica sob vários aspectos, e fornecendo novas pistas para os debates atuais.